

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COLEGIADO DO CURSO DE MESTRADO EM DIREITO DA FACULDADE DE DIREITO DE ALAGOAS – FDA/UFAL REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2016

Aos dias (19) dezanove de abril de dois mil e dezesseis, às dez horas, no Miniauditório da FDA, foi iniciada a Reunião do Colegiado do Curso de Mestrado de Direito da FDA/UFAL, com a presença dos professores doutores Marcos Ehrhardt (Coordenador do PPGD), George Sarmiento (Vice-Coodenador do PPGD), Alberto Jorge, Andreas Krell, José Barros e o mestrando Erick Lucena, representante dos discentes do PPGD. Foi justificada a ausência do professor Adrualdo Catão.

Inicialmente, como de costume, foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. Ato contínuo, passou-se à pauta prevista, tendo sido a presente reunião extraordinária convocada para tratar dos seguintes pontos: 1) PROCESSOS DE REVALIDAÇÃO DE DIPLOMA; 2) SELEÇÃO PPGD 2016; 3) OFERTA ACADÊMICA 2016.1; 4) COMPOSIÇÕES DAS BANCAS DE DEFESA FINAL DOS MESTRANDOS DA TURMA 10; 5) OUTROS ASSUNTOS.

Iniciando as deliberações pelo **PROCESSOS DE REVALIDAÇÃO DE DIPLOMA:** ficou decidido que, para avaliar o **Processo nº 23065.010021/2016-50** (requerente Rodrigo Antônio Tenório Correia da Silva), a comissão será composta pelos docentes Prof. Alberto Jorge (presidente), Prof. Marcos Ehrhardt e Prof. Hugo Leonardo, que terão o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da via da dissertação, para entregar o parecer ao PPGD, cabendo ao presidente da comissão a responsabilidade pelo envio dos pareceres. Na presente reunião, o Coordenador do PPGD entregou ao Prof. Alberto Jorge uma via da dissertação do citado requerente.

O Coordenador do PPGD informou que o **Processo 23065.024330/2015-26** (requerente Hélio Pinheiro Pinto), cuja comissão de Avaliação (Andreas Krell, Alberto Jorge e Graça Gurgel) foi homologada pelo Colegiado na reunião de 25/11/2015, ainda não foi concluído em virtude da não apresentação do parecer da comissão, razão pela qual o Colegiado decidiu, prorrogar até o dia 29/04/2016 o prazo para que a Comissão apresente o referido parecer.

SELEÇÃO PPGD 2016: o Colegiado do PPGD homologou o resultado final da Seleção do PPGD 2016, ratificando nesta oportunidade sua deliberação anterior, no sentido de aproveitar todos os aprovados no certame para ingresso no PPGD, uma vez que tal medida contou com a aprovação da PROPEP através do Memorando 37/2016 – PROPEP – CPG – UFAL, conforme consta no ANEXO 1.

PROFESSORES ORIENTADORES DA NOVA TURMA: Na mesma oportunidade, foram definidos pelo Colegiado os nomes dos docentes que serão orientadores dos mestrandos ingressantes no PPGD, conforme consta no ANEXO 2; Deliberou-se que os novos alunos deverão procurar os respectivos orientadores até o dia 06/05/2016 para se apresentarem. Para tanto, deve a Secretaria fornecer os e-mails de contato e respectivos telefones dos docentes, devendo os alunos providenciarem o envio de e-mail para seu orientador, contendo o projeto que foi aprovado na seleção e solicitando designação de data para a primeira reunião de orientação, que deverá ocorrer até o dia 16/05/2016. Caso os

docentes indicados possuam algum impedimento para assumir a tarefa, devem comunicar a Coordenação, por escrito, até o dia 11/05/2016.

OFERTA ACADÊMICA 2016.1: o Colegiado aprovou as alterações na Oferta 2016.1 homologada na reunião anterior, fazendo acrescentar as disciplinas ofertadas pelos docentes Alessandra Marchioni, Andreas Krell e George Sarmento, conforme consta no ANEXO 3;

DATA PARA TÉRMINO DO SEMESTRE (2016.1): Ficou ainda deliberado que todas as disciplinas que constam da oferta 2016.1 devem estar concluídas até o dia 20/08/2016 e todas as cadernetas, devem ser devolvidas à Secretaria até o dia 30/09/2016.

COMPOSIÇÕES DAS BANCAS DE DEFESA FINAL DOS MESTRANDOS DA TURMA 10: o Colegiado do PPGD designou a composição dos docentes internos que participarão das bancas de defesa final dos mestrados da Turma 10, conforme consta no ANEXO 4, sendo que as bancas de defesa final de Maria Raquel F. Ramos, Carla Priscilla B. S. Cordeiro e Hilda Maria Couto Monte já foram realizadas mediante designação do Coordenador do PPGD *ad referendum* do Colegiado, razão pela qual, na presente reunião, o Colegiado do PPGD homologou as composições destas 3 bancas.

INSTRUÇÕES PARA MARCAÇÃO DAS BANCAS DA TURMA 10: o Coordenador esclareceu que a responsabilidade pela indicação do docente externo e solicitação da elaboração de Portaria para defesa final da dissertação é dos respectivos professores orientadores. Para tanto, compete a cada professor orientador enviar, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis antes da data escolhida para realização da Banca, e-mail para a Secretaria do PPGD informando: (a) indicação do docente externo, apresentando nome completo, CPF e link para o respectivo currículo Lattes; (b) local, dia e horário para realização da Banca. Tal solicitação será submetida à Coordenação que determinará a elaboração da Portaria para posterior distribuição entre os docentes das vias para avaliação das dissertações, providência que ficará a cargo de cada aluno interessado.

REALIZAÇÃO DAS BANCAS POR MEIOS DE COMUNICAÇÃO À DISTÂNCIA: Considerando que na última reunião realizada pela PROPEP, foi autorizada a utilização de meios de comunicação à distância para viabilizar a realização de bancas de defesa final, em especial, para garantir a participação de professores externos, em momento no qual a UFAL não dispõe de recursos financeiros para custear passagens e hospedagem, decidiu o Colegiado que: (1) As bancas devem ocorrer preferencialmente com a presença física do docente externo, restando a opção de vídeo conferência para as hipóteses de inexistência (e/ou extrema dificuldade de agenda) de nomes no Estado de Alagoas que tenham aderência com a pesquisa abordada na dissertação objeto de análise; (2) Para compor as bancas, na condição de “participante externo”, serão considerados professores que não integrem o quadro docente do PPGD do Curso de Direito, por conseguinte, professores que atualmente atuam apenas no curso de graduação e que detém o título de Doutor poderão ser convidados para integrarem as Bancas, reduzindo sensivelmente os custos; (3) Na ausência de professores da própria FDA que possam atuar como “externos ao PPGD”, procurar-se-á docentes noutras IES em Alagoas, preferencialmente dentre aqueles que tem produção bibliográfica relevante registrada na plataforma Lattes, atentando-se para o limite de 3 (três) participações de cada docente externo por turma; (4) Caberá ao Colegiado do Curso decidir sobre a autorização para a realização de bancas por vídeo conferência, a partir de requerimento fundamentado do professor orientador. Em caso de deferimento, deverá a banca ocorrer em espaços da UFAL, não sendo permitida, em princípio, a realização de

defesas por sistemas de vídeo conferência em ambientes externos, ressalvadas hipóteses excepcionais, mediante aprovação prévia do Colegiado do Curso.

INDEFERIMENTO DE PEDIDOS DE DEPÓSITO DE DISSERTAÇÕES FINAIS: O Coordenador informou ainda ao Colegiado do Curso que, no exercício de suas atribuições regimentais, indeferiu o pedido de depósito das dissertações dos mestrandos Viviane C. Torres e Rodrigo Cavalcante Ferro pelo fato de que os mestrandos não apresentaram, tempestivamente, parecer do orientador, onde constasse autorização o depósito e a defesa final, existindo ainda pendências quanto aos documentos relativos ao estágio docência da aluna Viviane Torres. Informou o Coordenador que nenhum dos citados alunos apresentou qualquer pedido de prorrogação de prazo ou justificativa e que a Secretaria do PPGD não recebeu qualquer comunicado formal do orientador, Professor Alberto Jorge sobre o depósito dos trabalhos. Por conseguinte, entendeu o Coordenador que os referidos alunos descumpriram as normas regimentais, no que concerne ao prazo máximo para cumprimento dos requisitos para conclusão do curso, devendo, pois, serem desligados do Programa, ficando facultado aos discentes recurso ao Colegiado, em até 10 (dez) dias da publicação desta Ata. Na hipótese de apresentação de eventuais recursos, deve a Secretaria dar vista das manifestações dos alunos ao Professor Orientador no mesmo prazo, seguindo os processos para posterior apreciação pelo Colegiado na próxima reunião ordinária.

OUTROS ASSUNTOS:

a) requerimentos dos mestrandos Artur Carnaúba Guerra Sangreman Lima, Gustavo Barbosa Giudicelli, José Ribeiro Lins Neto e Plínio Régis Baima de Almeida, solicitando aceite de publicações/apresentações de trabalhos para fins de cumprimento de requisito junto ao PPGD: quanto a esse tema, o Colegiado decidiu pelo deferimento dos pedidos, considerado cumprida a exigência de publicação para fins de defesa do trabalho final.

b) requerimento do mestrando Lucas Lopes Dória Ferreira para registro da disciplina Sociologia do Direito como eletiva: face à aprovação do mestrando na referida disciplina e lançamento do conceito no histórico, o Colegiado decidiu pelo deferimento do pedido;

c) aproveitamento de disciplinas pagas pelo mestrando Carlos Humberto Rodrigues Silva: o Colegiado do PPGD homologou o aproveitamento de disciplinas conforme consta no ANEXO 5, esclarecendo que as disciplinas foram pagas pelo mestrando e registradas em seu histórico antigo (10030007), devendo o aproveitamento ser registrado no novo histórico (14130307).

Nada mais havendo a ser tratado, encerrou-se a reunião, sendo a ata assinada pelos presentes.

Prof. Dr. Marcos Ehrhardt
(Coordenador PPGD)

Prof. Dr. Alberto Jorge
(Docente do PPGD)

Prof. Dr. José Barros
(Docente do PPGD)

Prof. Dr. George Sarmiento
(Vice-Coodenador PPGD)

Prof. Dr. Andreas Krell
(Docente do PPGD)

Erick Lucena Peixoto
(Discente do PPGD)

ANEXO 1

RESULTADO FINAL DA SELEÇÃO DO PPGD 2016

| NOME DO(A) CANDIDATO(A) | LINHA DE PESQUISA | CPF | ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO FINAL |
|--|-------------------|----------------|------------------------------|
| MÁRCIO ROBERTO TORRES | 1 | 011.641.914-89 | 1º |
| MARCIAL DUARTE COÊLHO | 1 | 009.137.924-54 | 2º |
| PAULA FALCÃO ALBUQUERQUE | 2 | 039.172.434-74 | 3º |
| DANIEL ALLAN MIRANDA BORBA | 1 | 052.172.504-61 | 4º |
| GERALDO MAGELA FREITAS TENÓRIO FILHO | 2 | 068.332.374-17 | 5º |
| DANILO MOURA LACERDA | 2 | 037.963.924-66 | 6º |
| DOUGLAS DE ASSIS BASTOS | 1 | 056.339.474-95 | 7º |
| JANAÍNA HELENA DE FREITAS | 1 | 055.322.866-80 | 8º |
| LUCAS TELES BENTES | 2 | 075.695.684-60 | 9º |
| NIGEL STEWART NEVES PATRIOTA MALTA | 1 | 091.809.504-26 | 10º |
| BRUNO OLIVEIRA DE PAULA BATISTA | 3 | 008.232.784-09 | 11º |
| KARINNY GUEDES DE MELO VIEIRA | 1 | 091.017.154-88 | 12º |
| GUILHERME EMANNUEL LANZILLOTTI ALVARENGA | 1 | 104.097.967-00 | 13º |
| AMANDA GABRIELA GOMES DE LIMA | 1 | 053.906.764-40 | 14º |
| JÉSSICA FERREIRA NUNES | 1 | 075.603.604-67 | 15º |
| PAULO GUSTAVO LIMA E SILVA RODRIGUES | 1 | 061.506.294-65 | 16º |
| VAGNER PAES CAVALCANTI FILHO | 2 | 034.314.134-55 | 17º |
| GUSTAVO HENRIQUE GONÇALVES NOBRE | 2 | 076.858.504-00 | 18º |
| BRUNO DE LIMA ACIOLI | 1 | 077.079.154-96 | 19º |
| GUSTAVO GUILHERME MAIA NOBRE SILVA | 2 | 063.656.024-48 | 20º |
| JÉSSICA ANTUNES FIGUEIREDO | 1 | 090.540.974-42 | 21º |
| FRANCISCO MALAQUIAS DE ALMEIDA NETO | 2 | 053.220.994-09 | 22º |
| LAÍS RAMOS BARBOZA | 3 | 080.946.604-06 | 23º |
| CECÍLIA MONTE XAVIER DE SOUZA | 2 | 042.996.284-38 | 24º |

ANEXO 2

DEFINIÇÃO DOS ORIENTADORES PARA OS INGRESSANTES NA SELEÇÃO PPGD 2016

| NOME DO(A) MESTRANDO(A) | LINHA DE PESQUISA | TÍTULO DO PROJETO DE PESQUISA | DOCENTE ORIENTADOR |
|---|-------------------|---|----------------------|
| Márcio Roberto Torres | 1 | PRAGMATISMO E DECISÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS SOBRE DIREITOS FUNDAMENTAIS: possibilidades da discricionarieidade judicial na análise econômica do direito | Adrualdo Catão |
| Marcial Duarte Coêlho | 1 | DIREITO FUNDAMENTAL À SEGURANÇA E O PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DA PROTEÇÃO DEFICIENTE: possíveis imbricações no Processo Penal Brasileiro | Alberto Jorge |
| Paula Falcão Albuquerque | 2 | ATOS DE CONCENTRAÇÃO MONOPOLIZADORES EM PROCESSOS DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS – uma análise da (in)aplicabilidade da <i>failing company defense</i> com base na Constituição Federal de 1988 | José Barros |
| Daniel Allan Miranda Borba | 1 | A INCOMPATIBILIDADE DO TRATAMENTO DIFERENCIADO DO TRABALHADOR MIGRANTE COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E COM OS TRATADOS INTERNACIONAIS RATTIFICADOS PELO BRASIL | Alessandra Marchioni |
| Geraldo Magela Freitas Tenório Filho | 2 | AS LICENÇAS CRATIVE COMMONS E O USO JUSTO DAS CRIAÇÕES NO ESPÍRITO COMO INSTRUMENTOS JURÍDICOS PROPULSORES DA NOVA PERSPECTIVAS AUTORAIS À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: do monopólio à efetivação da função social da propriedade intelectual | Querino Malmann |
| Danilo Moura Lacerda | 2 | O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO DA CONFIANÇA LEGÍTIMA COMO LIMITE À AUTOTUTELA ADMINISTRATIVA | Fábio Lins |
| Douglas de Assis Bastos | 1 | TERCEIRIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO ALAGOANO ENQUANTO ESTRATÉGIA DE POLÍTICA CRIMINAL: entre alternativa para efetivação de Direitos Fundamentais à expansão do sistema penal | George Sarmento |
| Janaína Helena de Freitas | 1 | ONDE O ESTADO NÃO CHEGA: a assessoria popular como instrumento de emancipação e de efetivação dos Direitos Fundamentais em sociedades periféricas | Olga Krell |
| Lucas Teles Bentes | 2 | OS INCENTIVOS FISCAIS DE ICMS CONCEDIDOS PELA LEI DO PRODESIN NO ESTADO DE ALAGOAS E O PRINCÍPIO DA LIVRE CONCORRÊNCIA: uma análise a partir do Direito Constitucional | Gabriel Ivo |
| Nigel Stewart Neves Patriota Malta | 1 | A INTERPRETAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA NA DOSIMETRIA DA PENA: análise crítica da jurisprudência pátria sobre a valoração da circunstância judicial dos antecedentes | Graça Gurgel |
| Bruno Oliveira de Paula Batista | 3 | A COISA JULGADA E A INEXIGIBILIDADE DA OBRIGAÇÃO RECONHECIDA NO TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL FUNDADO EM LEI OU ATO NORMATIVO CONSIDERADO INCONSTITUCIONAL PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL CONFORME O NOVO CPC | Pedro Henrique |
| Karinny Guedes de Melo Vieira | 1 | CEMITÉRIO DOS ESQUECIDOS: da noção de periculosidade como fundamento de manutenção das medidas de segurança e da desinternação a partir da aplicação da Súmula 527 do Superior Tribunal de Justiça à luz do Estado Democrático de Direito | Graça Gurgel |
| Guilherme Emanuel Lanzillotti Alvarenga | 1 | POSSIBILIDADE DE DECLARAÇÃO DO ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL NA SAÚDE PÚBLICA BRASILEIRA | Andreas Krell |
| Amanda Gabriela Gomes de Lima | 1 | FEMINICÍDIO: uma abordagem teórica sob a perspectiva das criminologias feministas | Elaine Pimentel |
| Jéssica Ferreira Nunes | 1 | DA FINALIDADE PROTETIVA DO DIREITO PENAL: entre os direitos das vítimas e dos criminosos na concepção funcionalista sistêmica-teleológica | Alberto Jorge |
| Paulo Gustavo Lima e Silva Rodrigues | 1 | A EXECUÇÃO PROVISÓRIA DAS PENAS IMPOSTAS PELO TRIBUNAL DO JÚRI EM FACE DA SOBERANIA DOS VEREDICTOS | Elaine Pimentel |
| Vagner Paes Cavalcanti Filho | 2 | LIMITES CONSTITUCIONAIS À DEFINIÇÃO ESTATAL EM MATÉRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS: a livre iniciativa e os Direitos Fundamentais como vetores constitucionais | Fábio Lins |
| Gustavo Henrique Gonçalves Nobre | 2 | TEORIA DO ADIMPLENTO SUBSTANCIAL À LUZ DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO PRIVADO: balizas para uma construção jurisprudencial | Marcos Ehrhardt |
| Bruno de Lima Acioli | 1 | O DIREITO AO ESQUECIMENTO E O LIVRE FLUXO DE INFORMAÇÕES NA INTERNET: reconhecimento, aplicação e efetivação deste direito no Brasil | Marcos Ehrhardt |
| Gustavo Guilherme Maia Nobre Silva | 2 | ARGUMENTOS CONSEQUENCIALISTAS NAS DECISÕES JURÍDICO-TRIBUTÁRIAS: reflexos econômicos na formação da Jurisdição Constitucional Fiscal | Manoel Cavalcante |
| Jéssica Antunes Figueiredo | 1 | A IMPLEMENTAÇÃO DO CONTROLE DE RESULTADOS NAS PARCERIAS ENTRE ESTADO E TERCEIRO SETOR E A CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS: o desafio da flexibilização e <i>accountability</i> | Andreas Krell |
| Francisco Malaquias de Almeida Neto | 2 | PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO CONTRIBUINTE | Gabriel Ivo |
| Laís Ramos Barboza | 3 | JURISDIÇÃO BRASILEIRA: a dogmática jurídica hermenêutica e a legitimação da decisão jurídica no Estado Democrático de Direito após o advento do Novo Código de Processo Civil | Beclaute Oliveira |
| Cecília Monte Xavier de Souza | 2 | A LEGALIDADE TRIBUTÁRIA E A SEGURANÇA JURÍDICA: a expectativa dos contribuintes e o planejamento tributário legítimo | Manoel Cavalcante |

ANEXO 3

PPGD/FDA/UFAL – OFERTA DE DISCIPLINAS – 2016.1

| QUADRO SEMANAL | | | | | |
|-----------------------|---|---|--|---|--|
| | SEGUNDA-FEIRA | TERÇA-FEIRA | QUARTA-FEIRA | QUINTA-FEIRA | SEXTA-FEIRA |
| MANHÃ | PROF. DR. ANDREAS KRELL Direitos Sociais, Difusos e Controle de Políticas Públicas | PROF. DR. ANDREAS KRELL Direitos Sociais, Difusos e Controle de Políticas Públicas PROF. DR. ALBERTO JORGE Metodologia Jurídica (Módulo 1) | | PROFA. DRA. ALESSANDRA MARCHIONI Direito Internacional Público: Estado, globalização e as consequências humanas. | PROFA. DRA. ELAINE PIMENTEL Metodologia Jurídica (Módulo 2) |
| TARDE | | | | | |
| NOITE | | | PROF. DR. GEORGE SARMENTO Direitos Humanos Fundamentais | PROF. DR. BECLAUTE OLIVEIRA Processo e Decisão Jurídica | |

CRONOGRAMA DE AULAS INFORMADO PELOS DOCENTES

| DOCENTE | HORÁRIO | DATAS | | | | |
|---|----------------------|--------------|--------------------------------|------------------|---------------|---------------|
| | | ABRIL | MAIO | JUNHO | JULHO | AGOSTO |
| Prof. Dr. Andreas Krell (Direitos Sociais, Difusos...) | Das 08:30h às 12:30h | 25 | 02, 09, 16, 17, 23, 24, 30, 31 | 07, 14 | | |
| Prof. Dr. Alberto Jorge (Metodologia – Módulo 1) | Das 08:20h às 12:00h | 26 | 03, 10 | | | |
| Profa. Dra. Alessandra Marchioni (Direito Internacional...) (11 aulas) | Das 08:30h às 12:30h | | 19 (início) | | | 04 (término) |
| Prof. Dr. George Sarmiento (Direitos Humanos...) | Das 18:40h às 22:00h | | | 1, 8, 15, 22, 29 | 6, 13, 20, 27 | 03, 10 |
| Prof. Dr. Beclaute Oliveira (Processo...) | Das 18:30h às 22:20h | A confirmar | | | | |
| Profa. Dra. Elaine Pimentel (Metodologia – Módulo 2) | A confirmar | A confirmar | | | | |

Observações:**Data de encerramento das aulas: 20/08/2016****Data final para entrega das cadernetas com as notas: 30/09/2016**

ANEXO 4

COMPOSIÇÃO DAS BANCAS DE DEFESA FINAL – MESTRANDOS DA TURMA 10 – PPGD – UFAL

| ORIENTADOR | MESTRANDO | DISSERTAÇÃO | DOCENTES MEMBROS DA BANCA FINAL | | | |
|----------------------|--------------------------------|--|---------------------------------|----------------------|---------------------------|-------------------|
| | | | TITULARES | | | SUPLENTE |
| | | | Exam. 1 | Exam. 2 | Externo | |
| Adualdo Catão | Vanessa P. de Vasconcelos | A INFLUÊNCIA DA DINÂMICA DE INSTITUIÇÕES NO COMPORTAMENTO DECISIONAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: a interdisciplinaridade como paradigma de análise respaldada pelo pragmatismo jurídico de Richard A. Posner | Beclaute Oliveira | Pedro Nogueira | A DEFINIR | Francisco Wildo |
| | José Ribeiro Lins Neto | DOG MÁTICA E ARGUMENTAÇÃO: perspectivas retóricas para uma leitura crítica da Teoria da Argumentação Jurídica de Robert Alexy. | Graça Gurgel | Andreas Krell | A DEFINIR | Marcos Ehrhardt |
| Alberto Jorge | Viviane C. Torres | CRÍTICAS AO CONTROLE PENAL SOBRE CONSUMO DE ENTORPECENTES. A CRIMINALIZAÇÃO DO PEQUENO VAREJO SOB UMA PERSPECTIVA CRIMINOLÓGICA E DOG MÁTICA. | Elaine Pimentel | Graça Gurgel | A DEFINIR | George Sarmento |
| | Rodrigo Cavalcante Ferro | A Responsabilidade Penal do Psicopata Delinquente Frente a Legislação Penal Brasileira: qual o tratamento dispensado ao psicopata criminoso, como resposta ao seu ilícito praticado? | Graça Gurgel | Elaine Pimentel | A DEFINIR | George Sarmento |
| Alessandra Marchioni | Fatima Maria Lyra Cavalcante | O DIREITO À MORADIA ADEQUADA E À SEGURANÇA JURÍDICA DA POSSE: um estudo das normas internacionais e brasileiras aplicadas ao caso da Vila dos Pescadores de Jaraguá, em Maceió. | George Sarmento | Andreas Krell | Renata Rolim (UFPB) | Graça Gurgel |
| Andreas Krell | Plínio Régis B. de Almeida | O PODER JUDICIÁRIO NA CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA: os limites traçados no modelo político da Constituição Federal de 1988. | Gabriel Ivo | Adualdo Catão | A DEFINIR | Querino Mallmann |
| | Gustavo B. Giudicelli | A DIMENSÃO OBJETIVA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: contribuições hermenêuticas e controle de políticas públicas. | George Sarmento | Manoel Cavalcante | A DEFINIR | Marcos Ehrhardt |
| Beclaute Silva | Pedro José Costa Melo | O DIREITO DE GREVE DOS SERVIDORES PÚBLICOS E O DEVER DE ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES INADIÁVEIS DA COMUNIDADE: um processo duplamente coletivo adequado ao tratamento de conflitos entre grupos. | Pedro Nogueira | Fábio Lins | A DEFINIR | Querino Mallmann |
| | Carlos Humberto R. Silva | O DEVER FUNDAMENTAL DE CRIAR IMPOSTOS EM SENTIDO LATO: O Estudo Dogmático do Dever Fundamental de Pagar Impostos segundo José Casalta Nabais | Gabriel Ivo | Adualdo Catão | A DEFINIR | Manoel Cavalcante |
| Elaine Pimentel | Felipe Rosa da Silva | OS FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO PENAL COMO LIMITAÇÃO AO EXPANSIONISMO PUNITIVO: a discussão em torno da redução da maioria penal como expressividade da expansão contemporânea. | Alberto Jorge | Olga Krell | Hugo Leonardo (UFAL) | Graça Gurgel |
| Fábio Lins | Artur Carnaúba G. S. Lima | O PODER NORMATIVO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS: deslegalização, legitimidade democrática e controle. | José Barros | Marcos Ehrhardt | A DEFINIR | Adualdo Catão |
| Gabriel Ivo | Maria Raquel F. Ramos | AUTONOMIA FINANCEIRA MUNICIPAL E EFETIVAÇÃO DO FEDERALISMO FISCAL COOPERATIVO NO BRASIL. | Manoel Cavalcante | Andreas Krell | José Maurício Conti (USP) | Adualdo Catão |
| George Sarmento | José Ailton da Silva Júnior | O JULGAMENTO CRIMINAL EM ÚNICO GRAU DE JURISDIÇÃO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A GARANTIA DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO: Constituição Federal versus Sistema Interamericano de Direitos Humanos, sob a ótica do Controle de Convencionalidade e da Soberania Nacional. | Alberto Jorge | Pedro Nogueira | A DEFINIR | Graça Gurgel |
| | Carla Priscilla B. S. Cordeiro | ANÁLISE HISTÓRICO-SOCIOLÓGICA DA CORRUPÇÃO E DE SEU COMBATE NO BRASIL: o direito fundamental à moralidade administrativa. | Fábio Lins | Alessandra Marchioni | Vivianny Kelly (UNIT) | Alberto Jorge |
| Graça Gurgel | Alanna Maria Lima da Silva | O JUDICIÁRIO E OS TRIBUNAIS DE CONTAS NO CONTROLE DA INEXISTÊNCIA DOS PLANOS DE MANEJO: uma análise das áreas de proteção ambiental estaduais (APAs) alagoanas que não os possuem. | Andreas Krell | Alessandra Marchioni | Vivianny Kelly (UNIT) | Elaine Pimentel |
| Marcos Ehrhardt | Karina L. Ribeiro Lins | DIREITO AO ESQUECIMENTO COMO REFLEXO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. | José Barros | Olga Krell | A DEFINIR | Adualdo Catão |
| Olga Krell | Hilda Maria Couto Monte | ABORDAGEM SÓCIO-JURÍDICA SOBRE O CONSUMISMO NA SOCIEDADE GLOBALIZADA: agressão aos direitos humanos fundamentais de proteção da infância e juventude. | Graça Gurgel | Elaine Pimentel | Fabiola Lôbo (UFPE) | José Barros |
| Pedro Nogueira | Luis Manoel B. do Vale | OS PRECEDENTES VINCULANTES, NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO, E O DIREITO FUNDAMENTAL À RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO. | Gabriel Ivo | Marcos Ehrhardt | A DEFINIR | Beclaute Oliveira |
| | Lucas Lopes Dória Ferreira | PROCESSO, PROCEDIMENTO E REPARTIÇÃO CONSTITUCIONAL DE COMPETÊNCIA LEGISLATIVA: limites da repartição de Competência Legislativa em matéria de Processo e Procedimento no Direito Brasileiro e seus reflexos sobre a Legislação que crie Varas Colegiadas no Primeiro Grau de Jurisdição. | Beclaute Oliveira | Alberto Jorge | A DEFINIR | Graça Gurgel |

ANEXO 5

| APROVEITAMENTO DE DISCIPLINAS – CARLOS HUMBERTO RODRIGUES SILVA | | | | | | |
|---|---------------|---------------------------------------|-----------------------|-----------------|-----------------|----------------------|
| Disciplinas já registradas no Histórico 10030007 e que devem ser registradas no Histórico 14130307 | | | | | | |
| Disciplinas | | | Período letivo | Conceito | Situação | Carga horária |
| Status | Código | Nome | | | | |
| Eletivas | MDP008 | Direitos Humanos Fundamentais | 2011.2 | A | APV | 45h |
| | MDP009 | Constituição e Processo | 2010.2 | A | APV | 45h |
| | MDP017 | Direitos Fundamentais do Contribuinte | 2011.2 | A | APV | 45h |
| Obrigatórias | MDP002 | Sociologia do Direito | 2010.1 | B | APV | 45h |
| | MDP003 | Teoria Geral do Direito | 2010 | C | APV | 45h |
| | MDP014 | Metodologia da Pesquisa Jurídica | 2011.2 | A | APV | 45h |